

HABEAS CORPUS Nº 548.736 - SP (2019/0357360-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **ISAQUE MAXIMIANO PEREIRA DE PAULA**
ADVOGADO : **ISAQUE MAXIMIANO PEREIRA DE PAULA - SP367198**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **DOUGLAS XAVIER (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de DOUGLAS XAVIER contra acórdão proferido pela Décima Sexta Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento da Apelação Criminal n. 0000103-55.2018.8.26.0558.

No dia 18 de maio de 2018, o paciente foi flagrado na posse de aproximadamente 3 gramas de cocaína, distribuídos em treze porções. Após o regular trâmite processual, o paciente foi condenado a 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime inicial fechado, além de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

O Tribunal de justiça manteve integralmente os termos da sentença condenatória, negando provimento ao recurso defensivo nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 333):

APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. Apelante se insurge contra a r. sentença que reconheceu a prática do delito capitulado no artigo 33, caput, da lei n. 11.343/06. Preliminares. Ilicitude da prova. Cerceamento de defesa. Nulidades. Não reconhecimento. Mérito. Pleito de absolvição por insuficiência probatória ou de desclassificação da conduta para a infração prevista no artigo 28, do mesmo diploma legal. Irresignação não acolhida. Autoria e materialidade demonstradas. Prisão em flagrante. Testemunho policial. Inquestionável eficácia probatória especialmente quando prestado em juízo, sob a garantia do contraditório. Condenação mantida. Dosimetria penal que não comporta reparo. Circunstâncias pessoais do sentenciado incompatíveis com a

causa especial de diminuição da pena. Reincidência específica. Insuficiência do regime inicial mais brando ou da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Sentença mantida. PRELIMINARES REJEITADAS. RECURSO DESPROVIDO.

Neste *habeas corpus*, a defesa postula, em síntese, a absolvição do paciente, considerando que o ingresso dos policiais no domicílio do paciente teve como base apenas uma denúncia anônima.

Diante disso, postula, liminarmente, a revogação da prisão do paciente e, no mérito, o trancamento da ação penal ou, subsidiariamente, a exclusão das provas obtidas a partir do ingresso dos policiais na residência do acusado.

É o relatório. **Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto. Exige-se, para sua concessão, a presença simultânea da plausibilidade jurídica do pedido e a possibilidade de lesão irreparável ao direito tutelado, situações não verificadas, de plano, nestes autos.

No caso, o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Desse modo, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada desnecessidade da prisão cautelar. Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações ao Magistrado de origem sobre o alegado no presente *writ*.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator